



VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

### PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Ao início ao procedimento da delimitação da Unidade de Execução dos Parâmetros Urbanísticos Propostos da Rua António Nola – Sul, Rua Gonçalo Velho – Norte, Rua Tristão Vaz Teixeira - Nascente e Rua Pedro Alvares Cabral - Poente e proceder à abertura de um período de discussão pública da proposta da referida unidade de execução e seus termos de referência, que constam em anexo e que fazem parte integrante da proposta, pelo período de 20 dias, conforme estipula o n.º2 do Artigo 89.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio).

Vila Real de Santo António, 24 de Janeiro de 2018

A Presidente da Câmara Municipal

Maria da Conceição Cipriano Cabrita



VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

A

ser executados fora de sistema de execução quando se verifique uma das seguintes situações:

- a) A execução do plano territorial de âmbito intermunicipal ou municipal, ou de parte de um plano, possa ser realizada por meio de operações urbanísticas, em zonas urbanas consolidadas, tal como definidas no regime jurídico da urbanização e da edificação;
- b) A delimitação de unidades de execução se revelar impossível ou desnecessária, à luz dos objectivos delineados pelo próprio plano.

A unidade de execução reforça as competências do Município em matéria de promoção da execução coordenada e programada dos planos que este aprova e de um urbanismo de parcerias, com ganhos de tempo, e determina para os particulares o dever de concretizarem e adequarem as suas pretensões às metas e prioridades dos planos;

A Câmara Municipal entende - em linha com a necessidade reconhecida de uma maior adequação das disposições legais a cada situação concreta e da vantagem na construção de soluções partilhadas entre todos os intervenientes - que, além de assegurar o estrito cumprimento dos planos em vigor, deve caber, também, a delimitação da unidade de execução, sempre que se justifique, um papel regulador na ocupação das áreas a intervir;

No caso desta unidade de execução, a sua área não se encontra abrangida por plano de pormenor, pelo que é obrigatório promover a discussão pública em termos análogos aos previstos para o plano de pormenor, anunciada com a antecedência mínima de cinco dias, e não pode ser inferior a 30 dias, para o plano director municipal, e a 20 dias, para o plano de urbanização e para o plano de pormenor (n.º2 do artigo 89.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio);

Finda a discussão pública, é feita a ponderação dos respectivos resultados nos termos da ponderação da discussão pública dos planos do pormenor, submetendo-se a deliberação da Câmara Municipal a aprovação definitiva da delimitação da unidade de execução;

Esta proposta de delimitação da unidade de execução é composta pela Proposta de Delimitação e Fundamentação (documento escrito e desenhos), que se juntam em anexo, que explicitam o programa urbanístico preconizado e a respectiva compatibilidade com o PDM em vigor, na área abrangida.



VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

✓

N.º Propostas/2018/19

Aprovado em reunião  
de 30 JAN. 2018

### ASSUNTO:

Aprovar a Delimitação da Unidade de Execução dos Parâmetros Urbanísticos Propostos da Rua António Nola – Sul, Rua Gonçalo Velho – Norte, Rua Tristão Vaz Teixeira - Nascente e Rua Pedro Alvares Cabral - Poente

### CONSIDERANDO QUE:

O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 93, desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial;

O supra referido Decreto-Lei prevê no seu Artigo 148.º, a delimitação das unidades de execução, as quais podem corresponder a uma unidade operativa de planeamento e gestão, à área abrangida por plano de urbanização ou por plano de pormenor ou a parte desta, e que na falta de plano de urbanização ou de plano de pormenor aplicável à área abrangida pela unidade de execução, deve a câmara municipal promover, previamente à aprovação, um período de discussão pública, em termos análogos aos previstos para o plano de pormenor;

Mais se determina que a delimitação de unidades de execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar a intervenção urbanística, acompanhada da identificação de todos os prédios abrangidos;

O Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António, determina no n.º5, do Artigo 56.º, que a unidade de execução, com os objectivos previstos no número anterior é delimitada nos termos do artigo 148.º, n.º 1 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e deve conter, entre outros elementos considerados relevantes, a localização dos imóveis, o perfil longitudinal do arruamento e do quarteirão ou quarteirões em causa que integre quer as edificações, quer a sua envolvente.

A unidade de execução em apreço, encontra-se excluída dos sistemas de execução consagrados no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 93, porque enquadra-se no n.º3, do Artigo 147.º, do supra referido diploma legal, o qual determina que os planos podem

Aprovado em reunião  
de 30 JAN. 2018

APROVAR A DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS PROPOSTOS DA RUA ANTÔNIO NOLA - SUL, RUA GONÇALO VELHO - NORTE, RUA TRISTÃO VAZ TEIXEIRA - NASCENTE E RUA PEDRO ALVARES CABRAL - POENTE.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizado o início do procedimento da delimitação da Unidade de Execução dos Parâmetros Urbanísticos Propostos da Rua Antônio Nola - Sul, Rua Gonçalo Velho - Norte, Rua Tristão Vaz Teixeira - Nascente e Rua Pedro Alvares Cabral - Poente e proceder à abertura de um período de discussão pública da proposta da referida unidade de execução e seus termos de referência, pelo período de vinte dias, conforme estipula o n.º 2 do artigo 89.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.